

EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ENVELHECIMENTO ATIVO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA A APRENDIZAGEM NA TERCEIRA IDADE

**LIFELONG EDUCATION AND ACTIVE AGEING: INCLUSIVE PEDAGOGICAL
PRACTICES FOR LEARNING IN LATER LIFE**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística & Letras e
Artes

• 08/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/786162846](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/786162846)

Olavo Igor Gomes Vieira¹

Dayse Marinho Martins²

Paulo Sérgio França Costa³

Vilciele Silva Damasceno⁴

Aníbal Bruno Barros Diniz⁵

Thyago Rusevelt Moraes Matteucci⁶

Adriana Aparecida de Arruda Santos⁷

Marcos André Silva Oliveira⁸

Gleudson Luiz Cavalcante Aguiar⁹

RESUMO

O envelhecimento populacional impõe a necessidade de reconfiguração dos processos educacionais, ampliando o conceito de aprendizagem para além das fases iniciais da vida. A educação, tradicionalmente associada à infância, à juventude e à preparação para o mercado de trabalho, passa a ser compreendida como direito permanente, dimensão da cidadania e instrumento de fortalecimento da autonomia em todas as idades. Este artigo tem como objetivo analisar o papel da educação ao longo da vida na promoção do envelhecimento ativo, com ênfase em práticas pedagógicas inclusivas voltadas à população idosa. Trata-se de estudo de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentado em revisão bibliográfica e análise de experiências educativas destinadas à terceira idade. A pesquisa articula referenciais da educação de adultos, gerontologia educacional, pedagogia inclusiva, políticas públicas, direitos da pessoa idosa e aprendizagem ao longo da vida. Os achados indicam que a participação de idosos em ambientes educacionais contribui para desenvolvimento cognitivo, fortalecimento da autonomia, ampliação das relações sociais, prevenção do isolamento, melhoria da autoestima e maior participação comunitária. Além disso, práticas pedagógicas adaptadas, que consideram ritmos de aprendizagem, experiências prévias, acessibilidade, afetividade, memória, corporeidade, cultura digital e necessidades específicas, mostram-se fundamentais para garantir inclusão e efetividade no processo educativo. Destaca-se, ainda, o papel das instituições de ensino, universidades abertas à terceira idade, centros comunitários, políticas públicas intersetoriais e espaços intergeracionais na promoção de uma velhice mais ativa, digna e participativa. Conclui-se que a educação constitui elemento estratégico para a valorização do envelhecimento, contribuindo para uma sociedade mais

inclusiva, equitativa e sensível às demandas da população idosa.

Palavras-chave: educação ao longo da vida; envelhecimento ativo; idoso; práticas pedagógicas; inclusão educacional; terceira idade; gerontologia educacional.

ABSTRACT

Population ageing imposes the need to reconfigure educational processes, expanding the concept of learning beyond the early stages of life. Education, traditionally associated with childhood, youth and preparation for the labor market, is increasingly understood as a permanent right, a dimension of citizenship and an instrument for strengthening autonomy at all ages. This article aims to analyze the role of lifelong education in promoting active ageing, with emphasis on inclusive pedagogical practices aimed at older adults. This is a qualitative and exploratory study based on bibliographic review and analysis of educational experiences designed for later life. The research articulates references from adult education, educational gerontology, inclusive pedagogy, public policies, rights of older persons and lifelong learning. The findings indicate that the participation of older adults in educational environments contributes to cognitive development, strengthening of autonomy, expansion of social relationships, prevention of isolation, improvement of self-esteem and greater community participation. In addition, adapted pedagogical practices that consider learning rhythms, previous experiences, accessibility, affectivity, memory, corporeality, digital culture and specific needs are fundamental to ensure inclusion and effectiveness in the educational process. The article also highlights the role of educational institutions, universities of the third age, community centers, intersectoral public policies and intergenerational spaces in promoting a more active, dignified and participatory old age. The

article concludes that education is a strategic element for valuing ageing, contributing to a more inclusive, equitable society that is sensitive to the demands of the older population.

Keywords: lifelong education; active ageing; older adult; pedagogical practices; educational inclusion; later life; educational gerontology.

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional constitui uma das transformações demográficas mais relevantes do século XXI. O aumento da expectativa de vida, a redução das taxas de fecundidade e as mudanças nas condições sanitárias, tecnológicas e sociais produziram uma sociedade com presença crescente de pessoas idosas. Esse cenário exige reconfiguração das políticas públicas, das relações familiares, do mundo do trabalho, dos serviços de saúde, da assistência social, da cultura e, de modo especial, da educação.

Durante muito tempo, a educação foi compreendida predominantemente como etapa preparatória da vida. Estudava-se na infância e na juventude para trabalhar, constituir família e participar socialmente na vida adulta. Essa concepção, no entanto, tornou-se insuficiente. As mudanças sociais, tecnológicas, culturais e econômicas demonstram que aprender não é atividade restrita aos primeiros anos da existência. Aprender é necessidade humana permanente, condição de adaptação, autonomia, participação e sentido de vida.

A educação ao longo da vida parte justamente dessa compreensão. Ela reconhece que todos os sujeitos, independentemente da idade, possuem direito de continuar aprendendo, reinterpretando

experiências, desenvolvendo competências, produzindo cultura e participando da sociedade. No caso das pessoas idosas, essa perspectiva assume relevância particular, pois rompe com estereótipos que associam velhice à incapacidade, improdutividade, dependência ou passividade.

A velhice não é uma experiência homogênea. Há idosos autônomos, dependentes, trabalhadores, aposentados, cuidadores, estudantes, líderes comunitários, pessoas com deficiência, idosos rurais, urbanos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, migrantes, privados de liberdade, institucionalizados e em diferentes condições econômicas. Por isso, pensar educação para a terceira idade exige reconhecer pluralidade, trajetórias, desigualdades e necessidades específicas.

A Organização Mundial da Saúde, ao tratar do envelhecimento saudável, destaca a importância da capacidade funcional, ou seja, das condições que permitem às pessoas serem e fazerem aquilo que valorizam ao longo da vida. Essa capacidade não depende apenas da ausência de doença, mas da interação entre condições individuais, ambientes, recursos, relações sociais, escolaridade e oportunidades. A educação, nesse sentido, torna-se dimensão fundamental do envelhecimento ativo, pois fortalece autonomia, participação, vínculos sociais e capacidade de lidar com mudanças.

No Brasil, o Estatuto da Pessoa Idosa assegura expressamente o direito da pessoa idosa à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. Também prevê a inserção de conteúdos sobre envelhecimento, respeito e valorização da pessoa idosa nos currículos dos diversos níveis de ensino. Isso demonstra que a

educação da pessoa idosa não deve ser vista como favor, passatempo ou atividade assistencialista, mas como direito social e instrumento de cidadania.

A educação na terceira idade contribui para múltiplas dimensões da vida. No plano cognitivo, estimula memória, atenção, linguagem, raciocínio, criatividade e aprendizagem de novas habilidades. No plano social, reduz isolamento, amplia redes de convivência e fortalece vínculos comunitários. No plano emocional, melhora autoestima, senso de pertencimento e percepção de utilidade social. No plano político, amplia participação cidadã, acesso a direitos e consciência crítica. No plano cultural, valoriza histórias de vida, saberes acumulados e trocas intergeracionais.

Entretanto, a inclusão educacional da pessoa idosa enfrenta desafios significativos. Muitos idosos vivenciaram trajetórias marcadas por baixa escolaridade, abandono escolar, trabalho precoce, desigualdade de gênero, exclusão rural, pobreza ou discriminação racial. Outros possuem escolaridade elevada, mas enfrentam barreiras digitais, preconceito etário, dificuldades de mobilidade, limitações sensoriais, doenças crônicas ou medo de retornar a espaços educativos. Assim, práticas pedagógicas destinadas à terceira idade precisam ser inclusivas, acessíveis, acolhedoras e adaptadas.

A pedagogia voltada à pessoa idosa deve considerar ritmo próprio de aprendizagem, valorização da experiência, linguagem adequada, materiais acessíveis, metodologias participativas, afetividade, escuta, interdisciplinaridade e vínculo entre conhecimento e vida cotidiana. O idoso não chega ao espaço educativo como sujeito vazio. Ele carrega memórias, experiências de trabalho, família, comunidade,

cultura, religião, cuidado, lutas e aprendizagens não escolares. Tais experiências devem ser reconhecidas como patrimônio pedagógico.

Diante desse cenário, o presente artigo parte do seguinte problema de pesquisa: **como a educação ao longo da vida pode contribuir para o envelhecimento ativo por meio de práticas pedagógicas inclusivas voltadas à aprendizagem na terceira idade?**

O objetivo geral é analisar o papel da educação ao longo da vida na promoção do envelhecimento ativo, com ênfase em práticas pedagógicas inclusivas para pessoas idosas. Como objetivos específicos, busca-se: discutir o conceito de educação ao longo da vida; relacionar envelhecimento ativo, autonomia e aprendizagem; examinar barreiras educacionais enfrentadas por idosos; identificar práticas pedagógicas inclusivas; analisar experiências educativas voltadas à terceira idade; e propor diretrizes para políticas públicas e instituições educacionais.

A hipótese defendida é que a educação ao longo da vida constitui estratégia fundamental para promover envelhecimento ativo, autonomia, cidadania e inclusão social, desde que desenvolvida por práticas pedagógicas sensíveis às singularidades da população idosa e articulada a políticas públicas intersetoriais.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como revisão bibliográfica narrativa e integrativa, de abordagem qualitativa, exploratória e analítico-propositiva. A escolha por abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do tema, que envolve educação, envelhecimento, inclusão, subjetividade, políticas públicas, relações intergeracionais, direitos sociais e práticas pedagógicas.

A revisão bibliográfica fundamenta-se em autores e referenciais das áreas de educação de adultos, gerontologia educacional, pedagogia crítica, envelhecimento ativo, inclusão educacional e aprendizagem ao longo da vida. Entre os referenciais teóricos mobilizados, destacam-se Paulo Freire, Moacir Gadotti, Bernard Charlot, António Nóvoa, Malcolm Knowles, Peter Jarvis, Pierre Bourdieu, Ecléa Bosi, Simone de Beauvoir, Anita Liberalesso Neri, Johannes Doll e autores dedicados à educação permanente e à gerontologia social.

A pesquisa documental considera marcos normativos e institucionais relacionados aos direitos da pessoa idosa e à educação ao longo da vida, incluindo Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da Pessoa Idosa, documentos da UNESCO sobre educação de adultos e aprendizagem ao longo da vida, além de referenciais da Organização Mundial da Saúde sobre envelhecimento ativo e saudável.

A análise foi organizada nos seguintes eixos: envelhecimento populacional e direito à educação; fundamentos da educação ao longo da vida; envelhecimento ativo e autonomia; aprendizagem na terceira idade; barreiras educacionais enfrentadas por idosos; práticas pedagógicas inclusivas; educação digital; universidades abertas à terceira idade; espaços intergeracionais; políticas públicas; resultados; discussão; diretrizes; e considerações finais.

A revisão não pretende esgotar a produção científica sobre o tema, mas construir síntese crítica e propositiva. A análise parte do entendimento de que a educação da pessoa idosa deve ser compreendida como direito, e não como atividade recreativa secundária. Também assume que práticas pedagógicas destinadas

à terceira idade precisam articular dimensões cognitivas, afetivas, sociais, culturais, corporais e políticas da aprendizagem.

3. ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E DIREITO À EDUCAÇÃO

O envelhecimento populacional altera profundamente a organização da sociedade. Famílias tornam-se mais longevas, sistemas de saúde enfrentam novas demandas, políticas previdenciárias passam a ser pressionadas, mercados de trabalho precisam lidar com trajetórias prolongadas e instituições educacionais são convocadas a atender públicos de diferentes idades. Nesse contexto, a educação deixa de ser privilégio das gerações jovens e passa a constituir condição de participação social para todas as etapas da vida.

O direito à educação da pessoa idosa deve ser compreendido em sentido amplo. Ele envolve acesso a escolarização formal, alfabetização, educação de jovens e adultos, formação profissional, cultura digital, atividades culturais, educação em saúde, participação universitária, oficinas comunitárias, espaços de memória, cursos livres e aprendizagem intergeracional. A pessoa idosa tem direito de aprender tanto para fins práticos quanto por desejo de realização pessoal, convivência, expressão cultural ou ampliação de horizontes.

No Brasil, parte significativa da população idosa vivenciou exclusões educacionais históricas. Muitas pessoas hoje idosas nasceram em períodos nos quais o acesso à escola era restrito, especialmente para pobres, mulheres, pessoas negras e populações rurais. Assim, a baixa escolaridade em parte da velhice não é resultado de desinteresse individual, mas de negação histórica de direitos. A educação na

terceira idade pode funcionar como reparação simbólica e social dessa dívida.

A alfabetização de idosos possui dimensão profundamente humana. Para muitos, aprender a ler e escrever na velhice significa assinar o próprio nome, ler a Bíblia, compreender uma receita médica, utilizar transporte público, comunicar-se com familiares, acessar benefícios, escrever memórias e superar a vergonha produzida por décadas de exclusão. A escolarização tardia pode ter impacto significativo na autoestima e na autonomia.

Ao mesmo tempo, idosos com escolaridade média ou superior também demandam educação ao longo da vida. Eles buscam atualização cultural, aprendizagem digital, idiomas, arte, música, história, filosofia, saúde, finanças, literatura, participação social e convivência. A educação da pessoa idosa não deve ser limitada à alfabetização, embora esta seja prioridade para quem não teve acesso escolar.

O Estatuto da Pessoa Idosa reconhece a educação como direito associado à cultura, ao lazer e à participação social, devendo respeitar a peculiar condição de idade. Esse reconhecimento impõe às instituições o dever de adaptar práticas, ambientes, materiais e metodologias, evitando discriminação etária e barreiras de acesso.

Portanto, o envelhecimento populacional exige uma política educacional intergeracional e inclusiva. Não se trata apenas de abrir vagas para idosos, mas de reconhecer que a sociedade envelhecida precisa de instituições capazes de acolher, ensinar, aprender com e valorizar pessoas em todas as idades.

4. EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: FUNDAMENTOS E SENTIDO SOCIAL

A educação ao longo da vida é uma concepção que amplia a ideia de aprendizagem para além da escola formal e das etapas iniciais da existência. Ela reconhece que os sujeitos aprendem em diferentes tempos, espaços e contextos: família, trabalho, comunidade, movimentos sociais, religião, cultura, tecnologias, instituições formais e experiências cotidianas. Aprender é processo permanente de construção de sentido.

A UNESCO compreende a educação de adultos como campo voltado ao desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico, da participação social, dos direitos humanos, da solidariedade e da capacidade de lidar com transformações sociais e econômicas. Essa perspectiva permite compreender a educação na terceira idade como parte da formação cidadã, e não como atividade recreativa.

A educação ao longo da vida possui três dimensões principais. A primeira é instrumental: aprender novas competências para lidar com demandas práticas, como tecnologias, saúde, finanças, direitos, mobilidade e comunicação. A segunda é subjetiva: aprender para fortalecer autoestima, memória, identidade, autonomia e sentido existencial. A terceira é social e política: aprender para participar da comunidade, exercer direitos, compreender o mundo e atuar coletivamente.

Na terceira idade, essas dimensões se combinam. Um curso de informática para idosos, por exemplo, não ensina apenas a usar celular. Ele pode permitir comunicação com netos, acesso a serviços de saúde, proteção contra golpes, participação em grupos

comunitários, registro de memórias e redução do isolamento. Uma oficina de leitura pode estimular cognição, afetividade, memória, convivência e cidadania.

A educação ao longo da vida também questiona a visão produtivista da aprendizagem. Em sociedades marcadas pelo mercado, a educação é frequentemente reduzida à preparação para o trabalho. Embora a formação profissional seja importante, especialmente para idosos que continuam trabalhando ou desejam gerar renda, a educação na velhice não se justifica apenas pela produtividade econômica. Ela possui valor humano, cultural, social e político.

A perspectiva freireana contribui de modo decisivo. Para Paulo Freire, educar é ato dialógico, crítico e emancipador. Na educação de idosos, essa concepção impede práticas infantilizadoras e reconhece os educandos como sujeitos históricos. O idoso não é recipiente passivo de conteúdos; é portador de experiência, memória e leitura própria do mundo.

Assim, educação ao longo da vida significa afirmar que a velhice não é encerramento do processo formativo. Ao contrário, pode ser tempo de novas aprendizagens, reconstrução de projetos, participação social e ressignificação da própria trajetória.

5. ENVELHECIMENTO ATIVO, AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O conceito de envelhecimento ativo está relacionado à possibilidade de as pessoas idosas continuarem participando da vida social, cultural, econômica, espiritual e cívica, de acordo com suas capacidades, interesses e contextos. Ele não significa exigir desempenho produtivo permanente, juventude artificial ou negação

das fragilidades da velhice. Significa criar condições para que envelhecer não seja sinônimo de exclusão, isolamento ou perda de dignidade.

A OMS substituiu gradativamente a ênfase exclusiva em envelhecimento ativo por uma abordagem de envelhecimento saudável, centrada na capacidade funcional. Essa perspectiva reconhece que pessoas idosas podem viver bem mesmo com doenças crônicas, desde que tenham suporte, ambientes adequados, relações sociais e condições para realizar aquilo que valorizam. A educação contribui diretamente para essa capacidade funcional, pois amplia repertórios, fortalece autonomia e favorece adaptação.

A autonomia da pessoa idosa não deve ser confundida com independência absoluta. Um idoso pode necessitar de apoio em algumas atividades e, ainda assim, manter autonomia decisória, capacidade de escolher, aprender, expressar desejos e participar. A educação fortalece essa autonomia ao oferecer informação, linguagem, confiança e participação.

A participação social é fator essencial do envelhecimento ativo. O isolamento e a solidão podem comprometer saúde mental, autoestima e qualidade de vida. Ambientes educacionais funcionam como espaços de convivência, pertencimento e reconhecimento. Muitas vezes, o curso, a oficina ou a universidade aberta tornam-se também rede afetiva e comunitária.

A educação favorece o protagonismo da pessoa idosa. Ao aprender, ensinar, narrar experiências e participar de atividades coletivas, o idoso deixa de ser visto apenas como beneficiário de cuidados e

passa a ser reconhecido como sujeito ativo. Esse reconhecimento combate o idadismo, isto é, o preconceito baseado na idade.

A educação também amplia participação política. Idosos mais informados podem reivindicar direitos, acompanhar políticas públicas, participar de conselhos, movimentos comunitários, associações, grupos religiosos e atividades culturais. A aprendizagem, portanto, fortalece cidadania.

O envelhecimento ativo exige ambientes acessíveis e inclusivos. Não basta estimular o idoso a participar se a cidade, a escola, o transporte e as tecnologias criam barreiras. A educação da terceira idade precisa estar articulada a políticas de mobilidade, saúde, assistência social, cultura e inclusão digital.

6. APRENDIZAGEM NA TERCEIRA IDADE: POTENCIALIDADES E ESPECIFICIDADES

A aprendizagem na terceira idade é possível, necessária e socialmente relevante. O envelhecimento pode trazer mudanças cognitivas, sensoriais e motoras, mas não elimina a capacidade de aprender. A plasticidade cerebral permanece ao longo da vida, embora os ritmos, estratégias e condições de aprendizagem possam se modificar. A questão central não é se o idoso aprende, mas como as instituições organizam condições adequadas para sua aprendizagem.

Pessoas idosas aprendem melhor quando o conteúdo possui sentido. A aprendizagem descontextualizada, abstrata e acelerada tende a gerar insegurança. Em contrapartida, atividades ligadas à vida cotidiana, memória, saúde, cultura, direitos, família, tecnologia,

arte e participação comunitária favorecem motivação. O sentido é componente essencial da aprendizagem adulta.

A experiência prévia é recurso pedagógico fundamental. Idosos acumularam saberes de trabalho, cuidado, agricultura, comércio, culinária, artesanato, religião, política, família e comunidade. Esses saberes não devem ser ignorados pela escola. Ao contrário, podem ser ponto de partida para novos conhecimentos. A pedagogia inclusiva valoriza a experiência como fonte legítima de aprendizagem.

O ritmo de aprendizagem precisa ser respeitado. Alguns idosos necessitam de mais tempo para copiar, ler, digitar, memorizar ou realizar atividades. Isso não significa incapacidade. Significa que metodologias padronizadas e aceleradas podem produzir exclusão. Repetição, paciência, retomada, exemplos concretos e apoio entre pares são estratégias importantes.

As dimensões afetivas também são decisivas. Muitos idosos chegam a espaços educativos com medo, vergonha ou sentimento de inadequação. Alguns carregam histórias de fracasso escolar ou exclusão. O acolhimento, o respeito, o incentivo e a relação de confiança com o educador são fundamentais para a permanência.

A corporeidade deve ser considerada. Visão, audição, mobilidade, dor crônica, fadiga, uso de medicamentos e limitações motoras podem afetar participação. Materiais com letras ampliadas, boa iluminação, áudio adequado, pausas, assentos confortáveis e acessibilidade física fazem diferença.

A memória é outro aspecto relevante. Atividades que envolvem narrativas de vida, música, fotografias, objetos, leitura, escrita

autobiográfica e história oral podem estimular cognição e fortalecer identidade. A memória da pessoa idosa é patrimônio social e cultural.

Assim, práticas pedagógicas para a terceira idade devem ser flexíveis, afetivas, contextualizadas e respeitadas. O idoso não deve ser infantilizado nem superprotegido; deve ser reconhecido como sujeito capaz, com direitos, limites, histórias e possibilidades.

7. BARREIRAS EDUCACIONAIS ENFRENTADAS PELA POPULAÇÃO IDOSA

A inclusão educacional da pessoa idosa enfrenta barreiras múltiplas. A primeira é o preconceito etário. Muitas sociedades associam velhice à incapacidade de aprender, resistência à mudança ou inutilidade social. Esse preconceito pode estar presente em famílias, instituições e até nos próprios idosos, que internalizam a ideia de que “passaram da idade” para estudar.

A segunda barreira é a baixa escolaridade. Muitos idosos não frequentaram escola ou interromperam estudos cedo em razão de trabalho, pobreza, casamento, maternidade, distância geográfica ou ausência de escolas. Retornar à educação pode despertar medo de julgamento e vergonha.

A terceira barreira é econômica. Transporte, material, alimentação, acesso à internet e tempo disponível podem dificultar participação. Idosos em situação de pobreza podem priorizar sobrevivência, cuidados familiares ou trabalho informal.

A quarta barreira é de saúde. Doenças crônicas, limitações de mobilidade, deficiência visual, auditiva ou cognitiva, dor, uso de

medicamentos e fadiga podem dificultar frequência. Contudo, tais condições não devem excluir automaticamente o idoso. Devem orientar adaptações.

A quinta barreira é digital. A digitalização de serviços e relações sociais criou novas formas de exclusão. Muitos idosos possuem dificuldade com celulares, aplicativos, senhas, caixas eletrônicos, serviços públicos digitais e golpes virtuais. A UNESCO destaca que o uso de tecnologias digitais por pessoas idosas pode promover envelhecimento ativo e saudável, mas isso depende de oportunidades de aprendizagem acessíveis.

A sexta barreira é institucional. Muitas escolas e universidades não estão preparadas para receber idosos. Falta formação docente, acessibilidade, materiais apropriados, horários adequados, metodologia específica e sensibilidade gerontológica.

A sétima barreira é familiar. Algumas famílias desestimulam idosos a estudar, considerando a atividade desnecessária, perigosa ou incompatível com a idade. Outras transferem aos idosos tarefas de cuidado de netos ou familiares, impedindo participação.

A oitava barreira é territorial. Idosos rurais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas e moradores de periferias enfrentam dificuldades de transporte e acesso a equipamentos educacionais. A política educativa precisa ir ao território, e não esperar que todos cheguem às instituições centrais.

Superar essas barreiras exige planejamento intersetorial. Educação, saúde, assistência social, cultura, transporte e tecnologia precisam atuar de forma integrada.

8. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA A TERCEIRA IDADE

Práticas pedagógicas inclusivas para a terceira idade são aquelas que reconhecem as especificidades do envelhecimento sem reduzir a pessoa idosa à condição de incapaz. Elas combinam acessibilidade, respeito ao ritmo, valorização da experiência, participação ativa, aprendizagem significativa e convivência.

A primeira prática é o diagnóstico pedagógico inicial. O educador deve conhecer perfil da turma, escolaridade, interesses, dificuldades, condições de saúde, objetivos, experiências profissionais, acesso digital e expectativas. Esse diagnóstico não deve ser classificatório, mas orientador.

A segunda prática é a construção de ambiente acolhedor. A sala deve ser espaço de confiança, onde o idoso possa perguntar sem vergonha, errar sem humilhação e participar sem medo. O acolhimento é condição pedagógica, não mero gesto afetivo.

A terceira prática é a metodologia dialógica. Inspirada em Paulo Freire, ela parte da escuta e da troca. O professor não apenas transmite conteúdos; constrói conhecimento com os estudantes, relacionando temas à vida concreta. Na terceira idade, o diálogo valoriza memórias, trajetórias e saberes acumulados.

A quarta prática é o uso de materiais acessíveis. Textos com fonte ampliada, linguagem clara, bom contraste, recursos audiovisuais, imagens significativas, exemplos concretos e atividades práticas favorecem aprendizagem. A acessibilidade deve ser planejada desde o início.

A quinta prática é a aprendizagem por projetos. Projetos de memória, saúde, cultura digital, culinária, história local, genealogia, música, literatura, direitos da pessoa idosa, educação financeira e participação comunitária permitem integrar conhecimentos.

A sexta prática é a aprendizagem colaborativa. Idosos aprendem bem em grupos, trocando experiências, apoiando colegas e construindo vínculos. A colaboração reduz insegurança e fortalece pertencimento.

A sétima prática é a interdisciplinaridade. A vida da pessoa idosa não é dividida em disciplinas rígidas. Um projeto sobre alimentação saudável pode envolver biologia, matemática, cultura, memória, leitura de rótulos, saúde e economia doméstica.

A oitava prática é a avaliação formativa. Avaliar idosos não deve significar testar desempenho sob pressão. A avaliação deve acompanhar progresso, participação, autonomia, produção, autoestima e aplicação do conhecimento na vida cotidiana.

A nona prática é o respeito à corporeidade. Aulas longas sem pausa, salas desconfortáveis, escadas, ruídos e materiais pequenos prejudicam aprendizagem. O cuidado com o ambiente físico é parte da pedagogia inclusiva.

A décima prática é o protagonismo. Idosos podem ensinar oficinas, narrar histórias, orientar jovens, produzir materiais, participar de conselhos e propor temas. A pedagogia inclusiva reconhece a pessoa idosa como autora.

9. EDUCAÇÃO DIGITAL E INCLUSÃO TECNOLÓGICA DA PESSOA IDOSA

A inclusão digital da pessoa idosa tornou-se dimensão central da educação ao longo da vida. Serviços bancários, saúde, transporte, comunicação familiar, documentos, compras, lazer e participação social estão cada vez mais mediados por tecnologias. A exclusão digital pode gerar dependência, insegurança e isolamento.

Ensinar tecnologia para idosos exige metodologia própria. Não basta oferecer curso rápido e técnico. É necessário partir das necessidades reais: usar WhatsApp com segurança, fazer videochamadas, acessar resultados de exames, marcar consultas, proteger senhas, evitar golpes, usar aplicativos de transporte, acessar serviços públicos, organizar fotos, pesquisar informações confiáveis e comunicar-se com familiares.

A aprendizagem digital deve ser prática, repetida e contextualizada. O idoso precisa manusear o aparelho, experimentar, errar, refazer e receber apoio. Apostilas com imagens, passo a passo, letras grandes e linguagem simples são úteis. Atividades em duplas ou pequenos grupos favorecem segurança.

A segurança digital é tema indispensável. Pessoas idosas podem ser alvo de golpes, fraudes bancárias, links falsos, clonagem de aplicativos e manipulação emocional. A educação digital deve ensinar cuidado com senhas, mensagens suspeitas, pedidos de dinheiro, falsas promoções e exposição de dados.

A inclusão digital também favorece vínculos afetivos. Videochamadas, grupos familiares, fotos, mensagens e redes sociais podem reduzir distância entre gerações. Contudo, é preciso discutir limites, privacidade e saúde emocional.

As tecnologias assistivas ampliam participação de idosos com deficiência ou limitações sensoriais. Leitores de tela, ampliação de fonte, comandos de voz, legendas, contraste e recursos de acessibilidade devem ser incorporados às práticas educativas.

A UNESCO tem destacado que oportunidades de requalificação e atualização para pessoas idosas devem ser acessíveis e inclusivas, envolvendo instituições de ensino, empregadores, formuladores de políticas e organizações sociais. Essa perspectiva reforça que inclusão digital da pessoa idosa é responsabilidade coletiva.

A educação digital na terceira idade, portanto, não se limita à técnica. Ela promove autonomia, proteção, comunicação, cidadania e participação na sociedade conectada.

10. UNIVERSIDADES ABERTAS À TERCEIRA IDADE E EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

As universidades abertas à terceira idade constituem uma das experiências mais conhecidas de educação ao longo da vida para idosos. Elas oferecem cursos, oficinas, palestras, atividades culturais, práticas corporais, inclusão digital, grupos de pesquisa, extensão e convivência. Seu valor está em aproximar a pessoa idosa da universidade, democratizando acesso ao conhecimento e fortalecendo vínculos intergeracionais.

Esses programas não devem ser vistos como atividades assistenciais periféricas. Eles expressam a função social da universidade, articulando ensino, pesquisa, extensão e compromisso comunitário. Ao receber idosos, a universidade também aprende com eles, incorporando memórias, demandas, experiências e perspectivas sobre envelhecimento.

Centros comunitários, unidades de saúde, CRAS, associações, bibliotecas, igrejas, sindicatos e movimentos sociais também podem desenvolver experiências educativas para idosos. A educação ao longo da vida não precisa ocorrer apenas em instituições formais. O território é espaço pedagógico.

Experiências educativas bem-sucedidas para a terceira idade costumam apresentar características comuns: acolhimento, regularidade, participação, temas significativos, respeito ao ritmo, convivência, interdisciplinaridade, acessibilidade e valorização da experiência. Atividades pontuais podem ser positivas, mas programas contínuos produzem vínculos mais fortes.

A educação intergeracional merece destaque. Projetos que aproximam idosos, jovens e crianças promovem troca de saberes, reduzem preconceitos e fortalecem solidariedade. Idosos podem ensinar histórias, ofícios, músicas, brincadeiras, culinária, memórias do território e valores comunitários. Jovens podem apoiar aprendizagem digital, leitura de novas linguagens e participação tecnológica.

A aprendizagem intergeracional rompe a segregação etária. Em sociedades que separam crianças, adultos e idosos em espaços distintos, o encontro educativo entre gerações favorece reconhecimento mútuo. Jovens deixam de ver idosos como ultrapassados; idosos deixam de se sentir descartados.

As instituições de ensino devem, portanto, criar programas permanentes de extensão voltados ao envelhecimento ativo. Esses programas devem ser avaliados, financiados e integrados a políticas públicas, evitando depender apenas de voluntarismo.

11. POLÍTICAS PÚBLICAS, INSTITUIÇÕES E INTERSETORIALIDADE

A promoção da educação ao longo da vida para pessoas idosas exige políticas públicas intersetoriais. Educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, tecnologia, transporte e direitos humanos devem atuar de forma articulada. A velhice é multidimensional, e a política educacional isolada não resolve todas as barreiras.

A primeira diretriz política é reconhecer a educação da pessoa idosa como direito. Isso implica financiamento, programas, metas, formação de profissionais e avaliação. Atividades educativas para idosos não podem depender exclusivamente de iniciativas eventuais.

A segunda diretriz é integrar educação e saúde. Oficinas sobre envelhecimento saudável, prevenção de quedas, alimentação, uso de medicamentos, saúde mental, memória, atividade física e autocuidado podem fortalecer autonomia. Contudo, a educação não deve ser reduzida à saúde; deve incluir cultura, cidadania e prazer de aprender.

A terceira diretriz é garantir acessibilidade. Espaços educativos devem ter rampas, banheiros adequados, iluminação, acústica, mobiliário confortável, transporte acessível e materiais adaptados. Sem acessibilidade, o direito à educação permanece formal.

A quarta diretriz é apoiar formação de educadores. Professores, mediadores, cuidadores, profissionais de saúde e agentes comunitários precisam compreender envelhecimento, aprendizagem adulta, acessibilidade e metodologias inclusivas.

A quinta diretriz é promover inclusão digital. Programas públicos devem oferecer cursos, equipamentos, conectividade e suporte específico para pessoas idosas, com foco em segurança e cidadania digital.

A sexta diretriz é incentivar participação social. Conselhos da pessoa idosa, universidades, organizações comunitárias e os próprios idosos devem participar da formulação das políticas.

A sétima diretriz é estimular espaços intergeracionais. Escolas, universidades, centros culturais e instituições de longa permanência podem desenvolver projetos conjuntos, aproximando gerações.

A oitava diretriz é combater o idadismo. Políticas educativas devem enfrentar preconceitos contra a velhice e valorizar a pessoa idosa como sujeito de direitos, saberes e participação.

A educação ao longo da vida para idosos, portanto, precisa ser política de Estado, não apenas projeto isolado.

12. RESULTADOS DA ANÁLISE

A análise desenvolvida permite identificar dez resultados principais.

O primeiro resultado é que o envelhecimento populacional exige ampliação do conceito de educação, reconhecendo a aprendizagem como direito permanente e não como privilégio das fases iniciais da vida.

O segundo resultado é que a educação ao longo da vida contribui para o envelhecimento ativo ao fortalecer autonomia, participação

social, autoestima, cognição, vínculos comunitários e acesso a direitos.

O terceiro resultado é que a pessoa idosa possui direito à educação, cultura e participação social, devendo as práticas educativas respeitar sua peculiar condição de idade.

O quarto resultado é que a aprendizagem na terceira idade é plenamente possível, desde que sejam considerados ritmo, experiência prévia, acessibilidade, afetividade e sentido prático dos conteúdos.

O quinto resultado é que práticas pedagógicas infantilizadoras, aceleradas ou descontextualizadas tendem a produzir exclusão e desmotivação.

O sexto resultado é que metodologias dialógicas, colaborativas, interdisciplinares e baseadas em projetos são adequadas à educação de idosos.

O sétimo resultado é que a inclusão digital da pessoa idosa é componente indispensável da educação ao longo da vida, pois amplia autonomia e participação na sociedade conectada.

O oitavo resultado é que universidades abertas à terceira idade, centros comunitários e projetos intergeracionais constituem experiências relevantes para o envelhecimento ativo.

O nono resultado é que políticas públicas devem garantir acessibilidade, formação docente, transporte, conectividade, materiais adequados e participação social.

O décimo resultado é que a educação da pessoa idosa contribui para combater o idadismo e construir sociedade mais inclusiva, equitativa e solidária.

13. DISCUSSÃO

A discussão central deste artigo é que a educação ao longo da vida deve ser compreendida como eixo estratégico do envelhecimento ativo e da cidadania da pessoa idosa. Em sociedades envelhecidas, a educação não pode permanecer organizada apenas em função da infância, da juventude e da preparação para o trabalho. É necessário reconhecer que pessoas idosas continuam aprendendo, produzindo sentidos, elaborando projetos, participando socialmente e contribuindo para a vida coletiva.

O primeiro ponto crítico é a superação do preconceito etário. A ideia de que idosos não aprendem, não se adaptam ou não precisam estudar constitui forma de discriminação. Esse preconceito reduz oportunidades e empobrece a sociedade, pois desconsidera o potencial criativo, afetivo, cultural e político da velhice. A educação da terceira idade combate o idadismo ao demonstrar que aprender é capacidade humana permanente.

O segundo ponto é a necessidade de diferenciar inclusão real de oferta formal. Abrir vagas para idosos sem adaptar metodologias, espaços, materiais e tempos não garante inclusão. A pessoa idosa precisa encontrar ambiente acessível, acolhedor, respeitoso e significativo. A inclusão exige planejamento pedagógico, e não apenas matrícula.

O terceiro ponto refere-se à centralidade da experiência. Diferentemente de crianças, idosos chegam à aprendizagem com

longa trajetória de vida. A educação inclusiva precisa reconhecer essas histórias como fonte de conhecimento. Oficinas de memória, narrativas autobiográficas, história oral, cultura local e projetos intergeracionais são formas de transformar experiência em conteúdo pedagógico.

O quarto ponto é a importância da dimensão social da aprendizagem. Para muitos idosos, participar de cursos e oficinas significa sair de casa, construir amizades, reduzir solidão, sentir-se pertencente e recuperar autoestima. A aprendizagem não ocorre apenas no conteúdo formal; ocorre também na convivência, no reconhecimento e no vínculo.

O quinto ponto envolve a inclusão digital. A sociedade conectada criou novas barreiras para pessoas idosas, mas também novas possibilidades de comunicação, aprendizagem e participação. Ensinar tecnologias digitais na terceira idade é promover autonomia, segurança e cidadania. A tecnologia, quando ensinada com paciência e sentido, pode aproximar gerações e ampliar independência.

O sexto ponto é que a educação da pessoa idosa deve ser intersetorial. Saúde, assistência social, cultura, esporte e educação precisam trabalhar juntas. Um programa educativo pode melhorar saúde mental, prevenir isolamento, estimular movimento, ampliar acesso a direitos e fortalecer redes comunitárias. Essa natureza intersetorial deve ser reconhecida no financiamento e na gestão.

O sétimo ponto é a importância dos espaços intergeracionais. A convivência educativa entre jovens e idosos beneficia ambos. Os jovens aprendem memória, história, cuidado e respeito. Os idosos

aprendem novas linguagens, tecnologias e formas de participação. A sociedade ganha solidariedade entre gerações.

O oitavo ponto é que a educação da pessoa idosa deve evitar tanto a infantilização quanto o produtivismo. Não se deve tratar idosos como crianças, nem exigir deles performance juvenil. A pedagogia adequada reconhece autonomia, limites, desejos e direitos. Aprender na velhice pode ter finalidade profissional, mas também pode ser prazer, cultura, convivência, espiritualidade, memória e liberdade.

O nono ponto é que políticas públicas precisam institucionalizar essas práticas. Programas de educação para idosos não podem depender apenas da boa vontade de educadores ou universidades. Devem integrar planos municipais, estaduais e nacionais de educação, saúde e envelhecimento.

O décimo ponto é que a educação ao longo da vida contribui para redefinir socialmente a velhice. Em vez de etapa marcada apenas por perdas, a velhice pode ser tempo de aprendizagem, criação, participação e transmissão de saberes. Essa mudança é pedagógica, cultural e política.

Assim, a educação da pessoa idosa representa investimento em dignidade humana, saúde social, democracia e coesão comunitária.

14. DIRETRIZES PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA TERCEIRA IDADE

A partir da análise realizada, propõem-se diretrizes para práticas pedagógicas inclusivas destinadas à aprendizagem na terceira idade.

Primeiro, reconhecer a pessoa idosa como sujeito de direitos, saberes, experiências e capacidade de aprendizagem.

Segundo, realizar diagnóstico inicial das necessidades, interesses, escolaridade, condições de saúde, acesso digital e expectativas dos participantes.

Terceiro, evitar metodologias infantilizadoras, respeitando a maturidade, a história e a autonomia dos idosos.

Quarto, adotar práticas dialógicas, participativas e colaborativas, com espaço para fala, escuta e troca de experiências.

Quinto, utilizar materiais acessíveis, com fonte ampliada, boa iluminação, linguagem clara, recursos visuais e auditivos adequados.

Sexto, respeitar ritmos de aprendizagem, oferecendo tempo, repetição, apoio individual e atividades em pequenos grupos.

Sétimo, articular conteúdos à vida cotidiana, como saúde, direitos, memória, cultura, tecnologia, finanças, lazer e participação comunitária.

Oitavo, estimular projetos de memória, autobiografia, história local, arte, música, leitura, escrita e cultura popular.

Nono, incluir educação digital com foco em autonomia, comunicação, segurança, serviços públicos e prevenção de golpes.

Décimo, promover atividades intergeracionais que aproximem idosos, jovens e crianças em processos de aprendizagem recíproca.

Décimo primeiro, garantir acessibilidade física, comunicacional, pedagógica e digital nos espaços educativos.

Décimo segundo, formar educadores em gerontologia educacional, educação de adultos, acessibilidade e metodologias inclusivas.

Décimo terceiro, integrar programas educativos a políticas de saúde, assistência social, cultura e direitos humanos.

Décimo quarto, avaliar os processos de aprendizagem de forma formativa, considerando participação, autonomia, autoestima e aplicação prática dos conhecimentos.

Décimo quinto, assegurar financiamento e institucionalidade para programas permanentes de educação ao longo da vida para pessoas idosas.

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envelhecimento populacional impõe à sociedade o desafio de repensar profundamente a educação. Em um mundo marcado por longevidade crescente, transformações tecnológicas, mudanças familiares e novas demandas sociais, não é mais possível limitar o direito de aprender às etapas iniciais da vida. A educação ao longo da vida emerge como princípio civilizatório, político e pedagógico, capaz de afirmar que todas as pessoas, independentemente da idade, continuam sendo sujeitos de aprendizagem, cultura, cidadania e transformação.

A análise realizada demonstrou que a educação desempenha papel fundamental na promoção do envelhecimento ativo. Ao participar de ambientes educativos, a pessoa idosa fortalece habilidades

cognitivas, amplia relações sociais, melhora autoestima, acessa informações relevantes, desenvolve autonomia, participa da vida comunitária e ressignifica sua própria trajetória. Aprender na velhice não é apenas adquirir conteúdos; é reafirmar pertencimento, dignidade e capacidade de continuar projetando o futuro.

O estudo também evidenciou que a aprendizagem na terceira idade exige práticas pedagógicas inclusivas. Não basta oferecer cursos ou abrir vagas. É necessário adaptar metodologias, materiais, tempos, espaços e relações pedagógicas às necessidades dos idosos. Ritmo de aprendizagem, experiências prévias, acessibilidade, limitações sensoriais, vínculo afetivo, memória, corporeidade e sentido prático dos conteúdos devem ser considerados. A pedagogia inclusiva para a terceira idade precisa ser dialógica, respeitosa, colaborativa e contextualizada.

A valorização da experiência constitui um dos fundamentos centrais da educação de idosos. Pessoas idosas carregam histórias, saberes, memórias, práticas culturais, experiências de trabalho, cuidado familiar e participação comunitária. Esses elementos não devem ser tratados como obstáculos à aprendizagem, mas como recursos pedagógicos. Quando a educação reconhece a história de vida do idoso, ela fortalece sua identidade e transforma a sala de aula em espaço de troca entre conhecimento científico, saber popular e experiência vivida.

A inclusão digital apareceu como dimensão indispensável da educação ao longo da vida. Em uma sociedade cada vez mais mediada por tecnologias, a pessoa idosa que não domina recursos digitais básicos pode ficar dependente de terceiros, vulnerável a golpes e afastada de serviços, informações e vínculos familiares.

Ensinar tecnologias digitais à população idosa significa promover autonomia, segurança, comunicação e cidadania. Essa aprendizagem, contudo, deve ser prática, paciente, acessível e vinculada a necessidades reais.

As universidades abertas à terceira idade, os centros comunitários, os projetos de extensão, as oficinas culturais, os espaços de educação popular e as iniciativas intergeracionais revelam caminhos concretos para fortalecer o envelhecimento ativo. Esses espaços contribuem para romper isolamento, combater preconceitos, aproximar gerações e reconhecer o idoso como sujeito ativo na produção de conhecimento. A educação intergeracional, em especial, mostra-se potente ao permitir que jovens e idosos aprendam reciprocamente, compartilhando tecnologias, memórias, afetos e visões de mundo.

Entretanto, a efetividade da educação ao longo da vida depende de políticas públicas consistentes. A educação da pessoa idosa não pode depender apenas de iniciativas isoladas, voluntarismo institucional ou projetos temporários. É necessário garantir financiamento, formação de educadores, acessibilidade, transporte, materiais adequados, inclusão digital, espaços físicos apropriados e articulação entre educação, saúde, assistência social, cultura e direitos humanos. O direito à educação da pessoa idosa precisa sair do plano formal e tornar-se prática permanente.

A pesquisa também evidenciou que a educação na terceira idade tem papel relevante no combate ao idadismo. Ao reconhecer que idosos aprendem, ensinam, criam, participam e produzem conhecimento, a sociedade rompe com estereótipos que associam velhice à inutilidade, incapacidade ou dependência absoluta. A

educação contribui para construir uma imagem mais justa, plural e digna do envelhecimento.

Conclui-se que a educação ao longo da vida é instrumento estratégico para a promoção do envelhecimento ativo, da inclusão social e da cidadania da pessoa idosa. Uma sociedade verdadeiramente democrática deve assegurar às pessoas o direito de aprender em todas as idades. Envelhecer com dignidade significa ter acesso à saúde, renda, proteção e cuidado, mas também à cultura, ao conhecimento, à convivência, à tecnologia, à participação e ao prazer de continuar aprendendo.

Portanto, investir em práticas pedagógicas inclusivas para a terceira idade não é apenas atender a uma demanda educacional específica. É afirmar uma concepção ampliada de humanidade, segundo a qual a vida permanece aberta à aprendizagem, ao encontro e à transformação até seus últimos ciclos. A educação, nesse horizonte, torna-se uma das mais importantes formas de valorização da velhice e de construção de uma sociedade mais sensível, solidária, inclusiva e intergeracional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa. Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

DOLL, Johannes. Educação, cultura e lazer: perspectivas de envelhecimento ativo. In: FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Ligia. **Tratado de geriatria e gerontologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, edições recentes.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Educação de adultos como direito humano.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

JARVIS, Peter. **Adult education and lifelong learning: theory and practice.** London: Routledge, 2010.

KNOWLES, Malcolm S.; HOLTON, Elwood F.; SWANSON, Richard A. **The adult learner: the definitive classic in adult education and human resource development.** London: Routledge, 2015.

NERI, Anita Liberalesso. **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. Campinas: Alínea, 2007.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Active ageing: a policy framework**. Geneva: WHO, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Healthy ageing and functional ability**. Geneva: WHO.

UNESCO INSTITUTE FOR LIFELONG LEARNING. **Implementing effective reskilling and upskilling: learning programmes for older adults**. Hamburg: UIL, 2026.

UNESCO INSTITUTE FOR LIFELONG LEARNING. **The benefits of lifelong learning for older adults**. Hamburg: UIL.

UNESCO. **Recommendation on Adult Learning and Education**. Paris: UNESCO, 2015.

¹ Mestrando em Educação Inclusiva e Mestre em Ciências da Educação pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE - Campus Paracuru).
E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Psicóloga. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Especialista em Gestão Pública e Graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Mestranda em Psicologia e Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Especialista em Psiquiatria e Graduado em Medicina pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Mestrando em Psicologia e Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Especialista em Psiquiatria Forense. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁷ Mestra em Teoria Literária pelo Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE), Especialista em Nutrição Aplicada à Estética pelas Faculdades Integradas Espírita e Graduada em Estética e Cosmética pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁸ Bacharel em Direito pela Faculdade Guaraí (FAG). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁹ Fisioterapeuta e Especialista em Traumato-Ortopedia Desportiva e Docência.